

Renan diz que é preciso acabar com o trabalho infantil

No exercício da Presidência da República, o senador Renan Calheiros afirmou que a cidadania é incompatível com o trabalho infantil. Renan fez essa observação na cerimônia de apresentação do Relatório Global sobre Trabalho Infantil, elaborado pela Organização Internacional do Trabalho. **Página 2**

Projeto facilita seguro-desemprego para doméstico

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto segundo o qual os trabalhadores domésticos poderão ter direito ao seguro-desemprego sem a obrigação de estarem inscritos no regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. A proposta deve ser votada pelo Plenário em regime de urgência. **Página 8**

Comerciante nega envolvimento no sumiço de brasileira

O comerciante José Madeira Martins Fernandes negou, em depoimento na CPI da Emigração Ilegal, estar envolvido no desaparecimento de Carla Vicentini, nos Estados Unidos. A CPI aprovou a convocação de uma amiga de Carla, Maria Eduarda, e sua acareação com José Madeira. **Página 7**



Na Base Aérea, Lula transfere a Presidência da República para Renan



Kirchner, Morales, Lula e Chávez: acordo sobre o fornecimento do gás



Como presidente interino, Renan recebe Bernardo, Jucá, Virgílio e Agripino



Entre ministros e Tião Viana (D), Renan dirige evento contra trabalho infantil

Crise será debatida com ministros

Comissão do Senado convida Celso Amorim, Silas Rondeau, presidente da Petrobras e embaixador da Bolívia

Os ministros das Relações Exteriores, Celso Amorim, e de Minas e Energia, Silas Rondeau, devem participar de audiência no Senado para debater a crise decorrente da decisão da Bolívia de nacionalizar jazidas de petróleo e gás exploradas pela Petrobras. A realização de debate sobre o problema foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Também serão convidados o presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, e o embaixador da Bolívia no Brasil, Edgar Camacho. **Páginas 3 a 5**

Senadores fazem sugestões para tirar o Brasil do risco

Rodolpho Tourinho quer a aprovação imediata da chamada Lei do Gás. Sérgio Zambiasi defende investimentos em pesquisas sobre o aproveitamento do carvão mineral. Valdir Raupp sugere que Petrobras direcione para a construção de gasoduto em Rondônia os investimentos que faria na Bolívia. A crise motivou pronunciamentos de vários senadores. **Páginas 3 a 5**

Cúpula garante abastecimento do gás, mas preço fica em aberto

O abastecimento de gás argentino de Puerto Iguazú. Lido por Néstor Kirchner, da Argentina, o documento transfere para o “diálogo bilateral” a solução de questões pendentes, como o preço. A reunião durou mais de três horas. **Página 3**

No exercício da Presidência da República, Renan participa da cerimônia de apresentação de relatório da OIT sobre trabalho infantil, no Palácio do Planalto



Pronunciamento de Renan é acompanhado por Tião Viana, pela ministra interina Márcia Lopes e por Juan Somavia, diretor-geral da OIT

J. Freitas

Senado deverá agilizar votação do fundo de apoio à educação básica

Durante evento de apresentação do relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre trabalho infantil, Renan Calheiros lembrou que, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino básico, tramita no Senado a proposta de emenda à Constituição que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb). Ele informou que o projeto, que pode destinar mais R\$ 4,3 bilhões às escolas públicas, foi aprovado pela Comissão de Justiça (CCJ)

na quarta-feira. O senador garantiu priorizar a votação da proposta em Plenário tão logo a pauta da Casa esteja desobstruída com o exame de medidas provisórias que constam da ordem do dia.

Participaram da cerimônia o diretor-geral da OIT, Juan Somavia; o presidente em exercício do Senado, Tião Viana (PT-AC); o líder do PMDB no Senado, Ney Suassuna (PB); o líder do governo no Congresso, Fernando Bezerra (PTB-RN); e a ministra interina do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes.

Trabalho infantil é incompatível com cidadania, afirma Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, no exercício da Presidência da República, afirmou que a cidadania é incompatível com situações em que crianças precisam trabalhar em vez de frequentarem a escola. Na sua opinião, a erradicação do trabalho infantil é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa. A afirmação foi feita ontem, na cerimônia de apresentação do Relatório Global sobre Trabalho Infantil da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizada no Palácio do Planalto.

– A nossa geração, se não pode criar inteiramente o futuro para a outra que vem a seguir, tem a obrigação de possibilitar às crianças e aos adolescentes a preparação para que, quando adultos, possam continuar a construir uma sociedade melhor – destacou.

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, explicou que o relatório da OIT cita ações realizadas pelo Brasil para a erradicação do trabalho infantil. A integração entre governo e sociedade, lembrou, foi fundamental para o sucesso dos programas.

Renan disse concordar com o ministro e afirmou que, de acordo com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os programas de erradicação do trabalho infantil e de combate à fome implementados pelo governo tornaram possível que, de 2002 a 2004, mais de meio milhão de crianças e adolescentes abandonassem o trabalho para ingressar na escola.

O presidente do Senado observou que, ainda conforme dados do estudo, os resultados positivos foram possíveis porque houve par-

ticipação de todos os segmentos da sociedade – entre os quais as entidades representativas dos empresários e os sindicatos. Renan destacou que a sociedade civil teve papel importante na conscientização sobre a necessidade de manutenção das crianças na escola. O reforço da fiscalização por parte do Ministério do Trabalho também foi fundamental para diminuir o número de crianças que trabalham, acrescentou.

– O Brasil tem o orgulho de ter possibilitado a mais de meio milhão de meninas e meninos substituir o cotidiano das enxadas, da venda de chiclete nos semáforos e da labuta em carvoarias por uma infância verdadeira – frisou.

Reduzir a miséria e a desigualdade social, salientou Renan Calheiros, é essencial para eliminar o trabalho infantil no país.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário realiza sessão às 9h

A sessão de hoje está marcada para as 9h. Ela é destinada a debates dos senadores, avisos de lideranças e da Mesa, entre outros. Não há votação de projetos. Entre os parlamentares inscritos para discursar na tribuna estão César Borges (PFL-BA), Roberto Saturnino (PT-RJ) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG). A crise entre Bolívia e Brasil deve dominar os assuntos dos pronunciamentos.

Bandolinista carioca é atração cultural da TV Senado

A TV Senado apresenta, neste sábado à meia-noite e no domingo às 14h30, o *Espaço Cultural*. A atração do programa será o músico carioca Joel Nascimento, que desde 1974 atua como bandolinista e já gravou músicas ao lado de Waldir Azevedo e Paulo Moura. Nesse *show*, apresenta composições de Radamés Gnattali, Ernesto Nazareth e músicas próprias.

180 anos do Senado

A passagem dos 180 anos do Senado, comemorados no dia 6 de maio, é o tema da reportagem especial que a Rádio Senado apresenta hoje, às 20h. O programa aborda o início do Senado, no Império, e a escolha do bicameralismo.

Dúvidas dos cidadãos

Por meio do Alô Senado, o cidadão pode tirar dúvidas sobre propostas em tramitação na Casa. O serviço funciona das 8h às 20h, nos dias úteis, pelo telefone 0800 612210 e ainda pelo correio eletrônico alosenado@senado.gov.br.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich e Silvia Gomide (interina) (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, João Alberto Souza, Marco Maciel, Edison Lobão, Mozarildo Cavalcanti, João Batista Motta, Gilvam Borges, Eduardo Suplicy e Magno Malta

Enquanto Lula discute com presidentes de países vizinhos a crise do gás boliviano, oposição aponta falta de liderança do chefe do Executivo brasileiro



Lula se despede de Renan na Base Aérea de Brasília, antes de seguir para a Argentina

Como presidente da República, Renan recebe ministros e senadores

Em entrevista na Base Aérea de Brasília, logo após assumir a Presidência da República na manhã de ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que exercerá o cargo com a máxima discrição.

– Nesta curtíssima interinidade, que muito me honra, vou cumprir o meu dever constitucional com absoluta responsabilidade, mas com a máxima discrição – declarou.

O vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), ocupou interinamente a Presidência da Casa. Renan assumiu o cargo em razão da viagem do presidente Lula a Puerto Iguazú, na Argentina.

A agenda de Renan incluiu

audiência à ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, à qual compareceram os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Fernando Bezerra (PTB-RN); participação na cerimônia de apresentação do Relatório Global sobre Trabalho Infantil; e audiência ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, na presença dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Agripino (PFL-RN) e Romero Jucá (PMDB-RR).

À noite, Renan participou da solenidade de posse do ministro Marco Aurélio no cargo de presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O novo presidente do TSE prometeu ser rigoroso no cumprimento da lei eleitoral.

Raupp sugere que Petrobras invista no gasoduto Urucu-Porto Velho

Valdir Raupp (PMDB-RO) sugeriu ontem que a Petrobras direcione os investimentos que deixará de fazer na Bolívia para a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho, projeto que, de acordo com ele, libertaria as indústrias da região do uso do óleo diesel, combustível mais caro e mais poluente.

– O Brasil pretendia deixar suas reservas para o futuro, mas agora, diante do que se passou, é hora de aproveitar o nosso gás. Com o que iria economizar por mês, a Petrobras recuperaria em dois ou três anos o que investiria no gasoduto – defendeu ele.

O gasoduto Urucu-Porto Velho, segundo Raupp, abasteceria a térmica de Porto Velho, que gasta mais de 1 milhão de litros



Raupp destaca importância de projeto para o estado de Rondônia

de óleo diesel por dia. O senador acredita que o projeto é, para a região, mais importante que a interligação dos estados de Rondônia e Acre ao sistema nacional de energia elétrica.

Em aparte, Amir Lando (PMDB-RO) apoiou as observações de Raupp.

Bolívia garante abastecimento de gás, mas vai discutir preços

O abastecimento de gás boliviano aos países do continente será garantido, segundo nota conjunta divulgada ontem pelos presidentes de Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela, reunidos na cidade argentina de Puerto Iguazú. Mas a definição dos preços do produto, de acordo com o documento, ainda vai ocorrer por meio do que se definiu como um marco “racional e equitativo”.

Estas foram as principais decisões tomadas por Néstor Kirchner, Evo Morales, Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez, depois de mais de três horas de uma reunião de cúpula convocada a partir da decisão de Morales de nacionalizar as reservas bolivianas de gás e petróleo. As questões pendentes, diz o documento lido por Kirchner, serão resolvidas por meio do “aprofundamento dos diálogos bilaterais”.

Os presidentes de Argentina, Brasil e Venezuela convidaram



Em Puerto Iguazú, Kirchner, Morales, Lula e Chávez discutem decisão boliviana

Morales a participar do projeto do Gasoduto do Sul – que uniria a Venezuela à Argentina, passando pela Amazônia brasileira – e manifestaram a intenção de “fomentar investimentos conjuntos para o desenvolvimento integral da Bolívia”.

Lula ressaltou a necessidade de a América do Sul apresentar-se

ao mundo unida e reconheceu os problemas econômicos da Bolívia. Disse ainda que está disposto a trabalhar com Morales pelo desenvolvimento boliviano. Mas esquivou-se de responder, durante entrevista coletiva após a reunião de cúpula, se seriam ou não suspensos os investimentos no país programados pela Petrobras.

Para Virgílio, Lula “amarelou” e demonstrou falta de liderança

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), avaliou que o presidente Lula demonstrou falta de liderança no encontro realizado ontem com os presidentes da Bolívia, Venezuela e Argentina. Para o senador, o governo brasileiro deveria ser mais firme, trazendo de volta seu embaixador no país vizinho, ameaçando com sanções econômicas e levando o caso a cortes internacionais.

– O presidente amarelou. Pare-

ce mais preocupado em justificar a atitude da Bolívia do que em defender os interesses do Brasil. Ele não demonstra segurança nem capacidade de enfrentar a crise.

O senador avaliou que Lula teria aceitado um papel subalterno ao desempenhado pelo presidente venezuelano Hugo Chávez, que estaria se tornando o verdadeiro líder da América Latina.

Virgílio também anunciou a apresentação de requerimento



Virgílio: “Lula não demonstra segurança nem capacidade para enfrentar a crise”

para que o embaixador brasileiro na Bolívia, Antonino Mena Gonçalves, seja convocado pela Comissão de Relações Exteriores do Senado, onde falaria sobre a crise do gás.

Heloísa: presidente errou ao não procurar Morales

Ao falar sobre a crise provocada pela nacionalização do gás e do petróleo bolivianos, promovida pelo presidente Evo Morales, Heloísa Helena (PSOL-AL) opinou que, se situação similar tivesse ocorrido no Brasil, qualquer governo teria adotado a mesma posição. Segundo a senadora, o erro foi do presidente Lula, que não procurou Morales logo após sua posse para rediscutir contratos e



Heloísa lamenta que muitos brasileiros estejam declarando ódio à Bolívia

reparar preços.

– A eleição da Bolívia se deu quase em caráter plebiscitário, em que a população se dividiu entre os que estavam contra e os a favor da nacionalização do gás e do petróleo. Talvez o presidente Lula, tão mal acostu-

mado a patrocinar a traição aos compromissos eleitorais, não tenha imaginado que Evo Morales cumpriria sua promessa.

Na avaliação da senadora, a omissão do presidente Lula acabou criando essa polêmica. Ela disse lamentar que parcela significativa dos brasileiros esteja hoje declarando ódio à Bolívia e acreditando que o Brasil vai perder parte do seu patrimônio instalado naquele país.

Heloísa Helena afirmou que, além de Lula, o governo Fernando Henrique foi responsável pela crise, por haver permitido que o Brasil ficasse dependente do gás boliviano.

Comissão vai realizar na próxima semana audiências públicas com o presidente da Petrobras e com os ministros das Relações Exteriores e de Minas e Energia



Antero sugere que o país use fontes alternativas de energia

Antero afirma que o Brasil está humilhado

“O Estado brasileiro está humilhado: o país infelizmente está sendo governado por uma mistura do presidente boliviano Evo Morales com o presidente da Venezuela, Hugo Chávez.” A crítica foi feita pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) ao comentar a reunião de ontem entre os presidentes do Brasil, Bolívia, Venezuela e o da Argentina, Néstor Kirchner, na cidade argentina de Puerto Iguazú, para discutir a decisão da Bolívia de nacionalizar o petróleo e o gás daquele país.

Segundo Antero, já faz parte do passado a imagem do presidente Lula como líder da América do Sul.

– Quem poderia imaginar que, com as potencialidades que nós temos, em um encontro entre Brasil, Bolívia, Venezuela e Argentina, o presidente do nosso país chegaria lá de cabeça baixa? – acusou.

Antero apelou ao governador do seu estado, Blairo Maggi, para que não se omita diante da crise gerada pela decisão da Bolívia, uma vez que Cuiabá recebe parte do gás boliviano.

O senador opinou que uma das saídas para Mato Grosso é a produção de biocombustível a partir da soja, do algodão e de outras oleaginosas. Mais uma opção seria a construção de um poliduto para transportar a produção local de álcool e biodiesel. Além de ampliar as alternativas energéticas do Brasil, conforme Antero, essas medidas serviriam para resolver a crise que atinge o agronegócio mato-grossense.

Embaixador, ministros e Petrobras falarão sobre crise com a Bolívia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou a realização de três audiências públicas na próxima semana para debater a decisão do governo da Bolívia de nacionalizar as reservas de petróleo e de gás. Na mesma reunião, foi retirada de pauta a mensagem do Executivo que indica Frederico Cezar de Araújo para a embaixada do Brasil naquele país. O pedido de adiamento da votação, que partiu do relator da matéria, Arthur Virgílio (PSDB-AM), levou em consideração a experiência do atual embaixador, Antonino Mena Gonçalves, para lidar com o quadro decorrente da decisão do governo boliviano.

De acordo com o decreto que determinou a nacionalização, divulgado no dia 1º, o Estado boliviano passa a ter o controle e a direção da produção, transporte, refino, distribuição, comercialização e industrialização dos hidrocarbonetos em todo o país. A medida adotada por Evo Morales atinge 20 empresas multinacionais, entre elas a Petrobras. A decisão também obriga as companhias estrangeiras instaladas no país a dividirem os lucros derivados do petróleo, dos quais 82% irão para o Estado boliviano.

Os requerimentos aprovados pela CRE pedem uma reunião com a

Oposição crítica encontro de Lula com outros presidentes

Durante a reunião da CRE, os senadores debateram as relações do Brasil com a Bolívia e explicitaram posições contrárias à ação patrocinada pelos bolivianos.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse estar “espantado” com a atitude, que afirmou ser uma “invasão”, uma vez que o investimento feito naquele país ocorreu de acordo com a lei.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), lembrou que o interesse nacional deve ser defendido e criticou o encontro ocorrido na manhã de ontem entre Lula, os presidentes da Bolívia, Evo Morales, da Venezuela, Hugo Chávez, e da Argentina, Néstor Kirchner. Segundo Virgílio, Chávez “trama para diminuir a força de Lula”.

Já o senador José Agripino (PFL-RN) asseverou que é preciso esclarecer o impasse entre os dois países e que Morales teve uma atitude “amadorista, truculenta e demagógica” para se impor à população.



CRE aprova requerimentos que convidam Gabrielli e ministros para audiências no Senado

presença do embaixador da Bolívia no Brasil, Edgar Camacho Omiste, que deverá explicar os motivos que levaram o governo de seu país a decretar a nacionalização. O ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, e o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, falarão em outra audiência a respeito das consequências que a atitude do presidente Evo Morales poderá trazer ao abastecimento de gás natural no Brasil. Com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, os senadores deverão realizar uma discussão mais ampla e não restrita somente às relações do Brasil com a Bolívia. Todos comparecerão à CRE na condição de convidados.

– Vamos ouvir as razões da Bolívia, as razões do governo brasileiro de natureza política [com Celso Amorim] e os aspectos mais técnicos [com Silas Rondeau e Sérgio Gabrielli]. Cobriremos, se não tudo, pelo menos a maior parte. Teremos a oportunidade de uma discussão ampla e aprofundada – avaliou o presidente da CRE, senador Roberto Saturnino (PT-RJ).

Também foi aprovado requerimento para ouvir o subsecretário-geral da América do Sul, embaixador José Eduardo Martins Felício, e o empresário Eike Batista, presidente da empresa de siderurgia EBX. Eles serão ouvidos após a realização das outras três audiências.

Jefferson Péres diz que resposta do governo foi “um ato de submissão”

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse que a resposta do governo brasileiro à nacionalização da exploração de petróleo e de gás na Bolívia correspondeu a “um ato de submissão”, que visaria “alimentar os sonhos delirantes de hegemonia continental do presidente Lula”. Para Jefferson, o governo deveria ter adotado “uma reação enérgica em defesa de nossos interesses, em vez da nota tibia que foi emitida”.

– Não se trata de invadir a Bolívia ou de romper relações diplomáticas, mas deveria ter sido divulgada uma nota muito dura de advertência – declarou.

Jefferson Péres também contestou as afirmações de que o presidente Evo Morales teria exercido o direito de um país soberano. O senador assinalou que “um país exerce sua soberania respeitando a lei, contratos e acordos internacionais, mas a Bolívia não fez nada disso”.

– Esse país tem acordos com o Brasil, nos marcos dos quais foram

firmados os contratos com a Petrobras. Mas tudo isso foi ignorado – ressaltou Jefferson Péres.

O senador rebateu ainda as comparações entre o que está ocorrendo hoje na Bolívia e a criação da Petrobras, em 1953, quando se estabeleceu o monopólio da estatal sobre a exploração de petróleo no Brasil. Ele frisou que, naquela época, “não houve desapropriações, nenhum direito foi violado e tampouco houve atos de força”.



Para Jefferson, o governo deveria ter feito uma dura e enérgica advertência à Bolívia



Ideli lembra que escolha do gás da Bolívia não foi feita por Lula

Ideli: política energética vem do governo FHC

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), utilizou-se de artigos dos articulistas Luís Nassif e Clóvis Rossi, ambos do jornal *Folha de S. Paulo*, para defender a política externa do governo Lula contra os ataques da oposição, especialmente com relação à postura adotada pelo governo diante do decreto baixado pelo presidente da Bolívia, Evo Morales, nacionalizando as reservas de gás e de petróleo daquele país.

Conforme a parlamentar, em “As Razões de Morales” e “Fracasso da Memória”, os articulistas trazem “argumentos importantes e relevantes” para o debate ocorrido ao longo da semana no Congresso.

Clóvis Rossi teria “refrescado a memória”, segundo Ideli, daqueles que “esqueceram” que a escolha do gás da Bolívia como matriz energética teria sido feita durante o governo Fernando Henrique Cardoso e não no governo de Lula. A senadora ressaltou, no entanto, que considera a opção pelo gás boliviano correta.

Ideli citou trecho do artigo de Nassif, em que este afirma que somente com a realização da Assembleia Nacional Constituinte na Bolívia, dentro de 40 dias, será possível avaliar se a política de Morales renderá frutos; e diz que o presidente da Bolívia conquistou credibilidade por sua plataforma de campanha estar justamente baseada na nacionalização das reservas de hidrocarbonetos, não sendo, portanto, possível, desvincular uma coisa de outra.



Agripino diz ter esperança de que Bolívia volte atrás na nacionalização do petróleo

Agripino espera que Evo Morales recue para não perder credibilidade

O senador José Agripino (PFL-RN) afirmou ter esperança numa boa solução para o impasse criado com a decisão da Bolívia de nacionalizar a exploração de petróleo e de gás em seu território – medida que prejudica a Petrobras.

Para ele, o presidente da Bo-

lívica, Evo Morales, deve voltar atrás em sua atitude.

Agripino advertiu que o povo boliviano acabará sendo prejudicado, uma vez que o país está perdendo credibilidade e, assim, poderá afastar os investimentos estrangeiros, pois está demons-

trando que não cumpre compromissos assumidos.

O senador admitiu a possibilidade de negociar uma melhor participação do governo boliviano na exploração do petróleo e do gás, mas repudiou a substituição das negociações por atitudes tru-

culentas, referindo-se ao decreto de Evo Morales.

O líder do PFL também pediu que a diplomacia brasileira volte a atuar com firmeza e cobrou do governo a defesa dos interesses nacionais, entre os quais a geração de empregos no Brasil.

Zambiasi defende uso energético do carvão mineral

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) aproveitou a crise aberta pela nacionalização das reservas de petróleo e de gás da Bolívia para defender investimentos em pesquisas sobre o aproveitamento energético do carvão mineral. Na próxima semana, como informou, a Frente Parlamentar em Defesa do Carvão Mineral deve discutir o assunto com o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau.

Zambiasi destacou ainda a ida de técnicos brasileiros à Índia para conhecer o processo de gaseificação do carvão. “Espero que a gente também possa seguir esse exemplo”, comentou, observando que o carvão mineral representa mais de 40% das reservas de combustíveis fósseis do Brasil.

O parlamentar lamenta o abandono de programas nacionais sobre o uso energético do carvão mineral, cujas reservas mundiais durariam cerca de 500 anos. Em razão de circunstâncias como essa, Zambiasi diz que o carvão só responde, hoje, por 2,3% da energia elétrica gerada no país.

Em aparte, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) ponderou que alternativas interessantes, como a representada pelo carvão, costumam surgir em momentos de crise. Apesar dos prejuízos sofridos pela Petrobras com a nacionalização das reservas petrolíferas bolivianas, Zambiasi comemora o fato de a energia estar no centro das discussões políticas na América do Sul.



Zambiasi vê a crise como oportunidade para se investir em pesquisa do carvão

Tourinho pede que o governo aprove marco regulatório do gás

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) pediu a aprovação de seu projeto de lei que estabelece marco regulatório para o transporte e o armazenamento do gás natural no Brasil (PLS 226/05). Tourinho afirmou que, na época em que foi discutida a possibilidade de o Brasil comprar gás da Bolívia, posicionou-se contrariamente à idéia.

– Eu não participei das negociações sobre o gás da Bolívia, mas já achava, no primeiro momento, que nós não tínhamos mercado para esse gás. Não tínhamos produção de gás e essas reservas tiveram que ser descobertas na Bolívia. O Brasil acabou financiando a própria Bolívia por meio do Banco Mundial, fez antecipação por esse petróleo. Eu fui contra pelos altos custos operacionais para o país, pelo elevado preço do gás e pelo retardamento da implementação do projeto de termoelectricidade – declarou.

Segundo o senador, o decreto do presidente da Bolívia que nacionalizou a produção e a



Para Tourinho, decreto de Morales abre portas para o Brasil atrair investimentos

exploração de petróleo e de gás naquele país constitui uma excelente oportunidade para o Brasil atrair investimentos externos para exploração de suas reservas naturais de gás. Para que isso ocorra, na avaliação de Tourinho, é necessário, no entanto, aumentar a credibilidade que o país já tem, com a aprovação do marco regulatório para o setor.

Ele criticou a compra adicional de mais 15 milhões de metros cúbicos de gás da Bolívia pelo atual

governo e a anunciada construção do gasoduto que ligará a Venezuela à Argentina. De acordo com Tourinho, o gasoduto, cinco vezes maior que o que liga o Brasil à Bolívia, representaria uma dependência “para o resto da vida”.

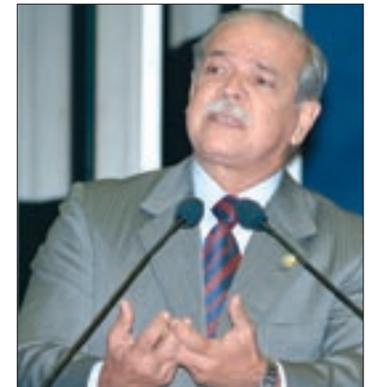
O senador se disse surpreso com as contradições entre as declarações dadas pelo presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, na última quarta-feira, quando assegurou que a estatal teria desistido de investir na Bolívia, e as afirmações feitas ontem pelo presidente Lula – em encontro com os presidentes da Argentina, da Bolívia e da Venezuela, em Porto Iguazú, Argentina –, de que, conforme o acordo, continuaria a investir naquele país.

Na opinião de Tourinho, o que Lula deveria ter feito, de imediato, em vez de “afagar o presidente Morales”, seria convocar a Petrobras para que instalasse, em alguns estados do Brasil, unidades de regaseificação do gás e tratar a questão do gás natural liquefeito.



Antônio Carlos acusa governo de mentir ao tentar tranquilizar os brasileiros

encarregado de negócios da Bolívia no Brasil disse à televisão que Evo Morales desapropriou a Petrobras para forçá-la a negociar um aumento no preço do gás”. Eduardo Suplicy (PT-SP), que foi à posse de Evo Morales, afirmou ter certeza de que Brasil e Bolívia chegarão a um acordo.



César Borges diz que governo não investiu na oferta de novas formas de energia

César Borges acusa governo de negligência

O Brasil deixou de avançar na oferta de energia nova em função da falta de investimentos no desenvolvimento do país nos últimos três anos, segundo o senador César Borges (PFL-BA). Ele acusou o governo Lula de ser negligente com o setor de energia e estimou uma crise que poderá levar o país a um novo “apagão” até 2010. – O governo não reconheceu o fracasso de sua política de investimentos em energia. Das 23 concessões de novas hidrelétricas, nem uma saiu do papel, em função da remuneração fixada para as empresas interessadas – disse o senador.

Segundo César Borges, o Brasil vai depender da ativação e construção de termelétricas e do gás liquefeito de petróleo para suprir a demanda interna. Em aparte, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que o novo modelo para o setor energético, aprovado pelo Congresso em 2004, não garantiu os investimentos necessários no setor para atrair empresas privadas. César Borges analisou ainda que, em razão da falta de investimentos nesse período, o Brasil não cresceu no ritmo da economia mundial e agora sofre surpresas no setor de energia, como no caso da nacionalização do gás da Bolívia.

ACM: governo vai aumentar preço do gás após eleições de outubro

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) acusou o governo de mentir ao informar que não haverá aumento no preço do gás por conta da crise com a Bolívia. Para o senador, “é óbvio” que o governo vai tentar segurar os preços até as eleições de outubro próximo, concedendo o reajuste logo depois. Até lá, ele prevê que a Petrobras assumirá perdas por causa do aumento que o governo boliviano já anunciou – reajuste na taxa de 50% para 82%.

ACM criticou a diplomacia brasileira do governo Lula, sustentando que ela não foi capaz de entender “para onde caminhava” o presidente boliviano Evo Morales. O senador informou ainda que “a trapalhada” pode

ser entendida até mesmo pelas manchetes de ontem dos jornais da Bolívia. Segundo Antonio Carlos, o *El Mundo* afirmava que o encontro dos quatro presidentes (Brasil, Argentina, Bolívia e Venezuela), ocorrido ontem em Puerto Iguazú, Argentina, seria entre “os dois escravos do gás (Lula e Néstor Kirchner) e “os seus dois amos” (Evo Morales e Hugo Chávez).

Em aparte, Rodolpho Tourinho lembrou que o aumento da tributação boliviana sobre o gás será cobrada e a Petrobras “vai pagar mais caro, mesmo que resolva segurar os preços no mercado brasileiro”.

Jefferson Péres (PDT-AM) registrou em aparte que “até o



Suplicy lamenta não ter questionado novamente o garçom Anderson Gonçalves

Suplicy queixa-se de reunião inesperada da CPI dos Bingos

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) queixou-se da inesperada realização do depoimento do garçom Anderson Ângelo Gonçalves na CPI dos Bingos na quarta-feira, quando ele viajava para o exterior. Suplicy, que já havia falado com o garçom, lamentou não ter estado presente no depoimento para questioná-lo novamente.

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Moraes (PFL-PB), explicou que foi procurado por Anderson, que se dispôs a comparecer à comissão, mas pediu que tanto sua oitiva quanto sua viagem a Brasília fossem sigilosas, pois temia ser morto caso o depoimento fosse anunciado. O garçom afirmou ter presenciado reuniões, ocorridas num bingo, em que foi tramado o assassinato do então prefeito de Campinas, Toninho do PT, morto em 2001.

De acordo com o líder do PFL, senador José Agripino (RN), Anderson também informou que integrantes do PT lhe teriam oferecido proteção, procurando, na realidade, impedi-lo de depor.

Homenagem ao economista John Kenneth Galbraith

Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem em Plenário requerimento de pesar pelo falecimento, no último sábado, do economista norte-americano John Kenneth Galbraith.

Um dos mais importantes economistas contemporâneos, disse o senador, Galbraith faleceu aos 97 anos. Professor de Harvard, o intelectual se destacou, na opinião de Suplicy, por se distanciar dos que analisavam a economia pela ótica da formalização e da abstração matemática, separando-a dos problemas sociais.

– Galbraith dizia com razão que, para ser relevante, o economista precisa levar em conta a questão do poder – observou.

Queda do dólar e do preço dos produtos agrícolas, endividamento rural e precariedade das rodovias foram alguns dos problemas apontados em Plenário por Jonas, Lando e Motta

Jonas alerta para a gravidade da crise que atinge o setor rural

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) alertou ontem os senadores para a “grave crise da agropecuária nacional”. O parlamentar afirmou que, tanto em Mato Grosso quanto em outros estados, as dificuldades do setor estão aumentando. Ele destacou que a crise vem trazendo “efeitos danosos” às economias de pequenos municípios de seu estado, e de Rondônia, Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Paraná e outras unidades da Federação.

De acordo com Jonas Pinheiro, há várias semanas produtores mato-grossenses realizam manifestações e protestos em busca de atenção do governo federal. Ele



"Receita não está sendo suficiente para cobrir despesa", afirma Jonas Pinheiro

elogiou os agricultores de outros estados por terem aderido aos protestos. Por falta de produtos para transportar até o Porto de Santos, conforme relatou, a Ferrovia Norte Brasil (Feronorte)

está diminuindo suas atividades e deixando de exportar cerca de 20 mil toneladas de soja por dia.

Um dos problemas que afetam o setor, segundo Jonas Pinheiro, é a queda do dólar diante do real, o que leva à redução dos preços dos produtos. “As receitas obtidas nesta safra não estão sendo suficientes para cobrir os custos de produção. Em consequência, o endividamento se agrava. Os produtores estão mergulhados em clima de desespero”, alertou. O senador recebeu apoio de Ramez Tebet (PMDB-MS), Leonel Pavan (PSDB-SC), César Borges (PFL-BA), Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Rondônia vive momento de desânimo, diz Amir Lando

A economia de Rondônia encontra-se em “severa crise”, provocada pelos baixos preços da soja e do arroz e pela precariedade das rodovias do estado, afirmou ontem o senador Amir Lando (PMDB-RO). Segundo observou, agricultores e caminhoneiros têm realizado protestos contra o fechamento de rodovias.

– Primeiro, pararam os madeireiros, pois não se consegue mais autorização para o corte de árvores. Os planos de manejo florestal não saem da burocracia. Agora, os agricultores não suportam mais os baixos preços e as dificuldades de transporte



Para Lando, estado enfrenta crise devido à queda no preço da soja e do arroz

de produção. Há lugares com atoleiros em quilômetros de distância – afirmou, alertando para a precariedade das estradas do estado.

Amir Lando, que tem percorrido Rondônia nos finais de semana, pediu ao governo federal que aceite que os agricultores endividados façam o pagamento dos créditos em dez anos – o governo admite cinco anos. Para ele, Rondônia “vive um momento de grande desânimo”, apesar de o estado possuir terras de elevada qualidade.

afirmou que o dólar, para compensar os exportadores, teria que estar a, pelo menos, R\$ 2,80 – atualmente está em R\$ 2,071. O senador pelo PSDB chamou a atenção também para os prejuízos que a Volkswagen alega estar tendo por causa do câmbio e para a intenção da empresa de demitir milhares de trabalhadores.

João Batista Motta criticou ainda o governo pela prática do mensalão e pela absolvição dos envolvidos nesse escândalo.

– Os corruptores estão absolvendo os corruptos – declarou.

Para Motta, “Lula é a nova praga da agricultura”

João Batista Motta (PSDB-ES) criticou ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo que considera uma política cambial danosa para a agricultura: o dólar barato prejudica as exportações. Por outro lado, disse, a tolerância do governo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) contribui para gerar ainda mais intranquilidade no campo.



João Batista Motta condena a “política cambial danosa aos produtores rurais”

– Estamos vivendo um tempo tenebroso. O Lula, como bem descreve um *outdoor* que o mostra como uma lagarta, é a nova praga da agricultura – observou Motta.

O parlamentar capixaba

Virgílio pede nomes de parlamentares acusados de fraudes

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) pediu à Mesa do Senado a divulgação da lista dos parlamentares acusados de participar de um esquema de fraudes na compra de ambulâncias com verbas de emendas parlamentares. A ilegalidade foi revelada pela “Operação Sanguessuga”, da Polícia Federal, e já resultou na prisão de 40 pessoas, entre elas o ex-deputado federal Bispo Rodrigues (PL-RJ), que renunciou ao mandato no ano passado após ser apontado como beneficiário do mensalão.

– A Polícia Federal está de parabéns nesta ação. Não é possível ver parte do Congresso indo contra a maré de moralidade exigida pela sociedade – declarou.

O líder do PSDB protestou ainda contra a absolvição de deputados suspeitos de recebimento do mensalão e o sistema de voto secreto nas deliberações dos pedidos de cassação, utilizado, avalia ele, para acobertar criminosos.



João Ribeiro: decisão foi motivada pela prisão do ex-deputado pela Polícia Federal

João Ribeiro anuncia processo de expulsão de Bispo Rodrigues

O líder do PL no Senado, João Ribeiro (TO), anunciou a decisão do diretório nacional de seu partido de intervir no diretório regional do Rio de Janeiro e abrir processo de expulsão contra o ex-deputado federal Bispo Rodrigues, que renunciou ao mandato em setembro de 2005 após ser apontado como beneficiário do mensalão.

As medidas foram adotadas pelo presidente nacional do PL, Alfredo Nascimento, e motivadas pela prisão de Rodrigues pela Polícia Federal, ontem, sob acusação de participar de um esquema de fraudes na compra de ambulâncias com verbas de emendas parlamentares. A direção nacional do PL também decidiu nomear como interventor do diretório do Rio de Janeiro o secretário-geral do partido, professor Sérgio Tamer.

CRE aprova nome para embaixada no Sudão

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem a indicação do embaixador Hélio Magalhães de Mendonça para assumir o cargo de representante diplomático do Brasil junto à República do Sudão. Mendonça, em sua exposição inicial, ressaltou a importância da representação brasileira naquele país e a necessidade de serem intensificadas as relações comerciais com a nação africana.

O Sudão, de acordo com o diplomata, possui grandes potencialidades, especialmente no que se refere às reservas de petróleo que começam a ser exploradas. Mendonça também destacou que o fato de o Sudão fazer fronteira com o Mar Vermelho faz com que o país seja uma porta de entrada para o Oriente Médio.

A economia do país, segundo Mendonça, apresenta importantes índices de crescimento e o comércio com o Brasil, ainda incipiente, poderá ser ampliado. Ele lembrou a intenção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de estreitar relações com os países africanos.

Biografia

Hélio Magalhães de Mendonça, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, nasceu no Rio de Janeiro em 1948. Concluiu os estudos de preparação à carreira do Instituto Rio Branco em 1973 e diplomou-se no curso de Altos Estudos em 1999, com a monografia "Em busca do seu lugar na comunidade internacional – A política externa da Nova República da África do Sul".



Comércio com Sudão poderá ser ampliado, afirma Mendonça

José Fernandes diz na CPI Mista da Emigração Ilegal que nunca hospedou moças em seu apartamento nos Estados Unidos, tendo aberto exceção para Carla Vicentini por amizade ao pai da estudante

Comerciante nega estar envolvido no desaparecimento de brasileira

Ao depor na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, o comerciante José Madeira Martins Fernandes, de 65 anos, negou estar envolvido com o desaparecimento de Carla Vicentini, em 9 de fevereiro último. Ele confirmou ter hospedado a brasileira de 22 anos e sua amiga Maria Eduarda Ribeiro por alguns dias em seu apartamento na cidade de Newark, no estado de New Jersey (EUA), porque era amigo de seu pai, Orlando Vicentini.

José Fernandes fez questão de afirmar que nos 42 anos em que mora no mesmo endereço, em Newark, nunca hospedou moças, tendo aberto exceção apenas para Carla, por conta da amizade com seu pai, Orlando, que era seu contador em Goioerê (PR), onde tem negócios.

Há algumas semanas, a CPI Mista ouviu depoimento de Tânia Vicentini, mãe de Carla, que lançou suspeitas sobre o comportamento de José Fernandes, bem como sobre uma possível participação de Maria Eduarda no episódio do desaparecimento de Carla. As duas moças foram para os Estados Unidos por intermédio de um programa de intercâmbio de estudo e trabalho, mas abandonaram



Crivella, entre Fernandes e Parcianello, propõe acareação entre comerciante e amiga de Carla

a cidade onde deveriam ficar e decidiram ir para Newark, localidade bem próxima de Nova York. O sumiço de Carla foi comunicado à polícia dos Estados Unidos, que fez buscas e investigações na região, mas nada descobriu.

José Fernandes sugeriu que fossem investigadas as pessoas que arranjaram trabalho para as duas moças no Bar Adegas – um estabelecimento, segundo ele, de "duvidosa reputação", situado na mesma rua de seu apartamento. Ele disse ainda que a rua tornou-se perigosa nos últimos tempos, em função da presença de "quadrilhas organizadas".

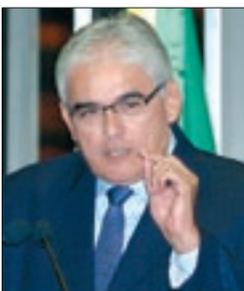
Diante das contradições entre o depoimento da mãe de Carla e de José Fernandes, o presidente da comissão, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), propôs que seja tomado o depoimento de Maria Eduarda e, posteriormente, realizada uma acareação entre a amiga de Carla e o dono do apartamento. Ambas as propostas foram aprovadas pela CPI.

Para o deputado Hermes Parcianello (PMDB-PR), que também é natural de Goioerê (PR) e amigo da família Vicentini, é essencial que o consulado do Brasil em Nova York contrate um advogado norte-americano para acompanhar o caso.

Subcomissão irá ouvir Comendador em Cuiabá

Uma subcomissão da CPI dos Bingos integrada por cinco senadores toma na próxima terça-feira, em Cuiabá, o depoimento de João Arcanjo Ribeiro, o Comendador, apontado como chefe do crime organizado em Mato Grosso. Arcanjo, condenado a 37 anos de prisão por homicídio, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro, é suspeito de ter participado da trama que culminou com o assassinato do então prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel, do PT, ocorrido em janeiro de 2002. O crime está sendo investigado pela CPI.

A subcomissão, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), irá ouvir o Comendador na Penitenciária Regional Pascoal Ramos, onde ele está preso. A previsão é que o depoimento tenha início entre 10h e 10h30. O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Moraes (PFL-PB) – que não viajará para Cuiabá –, sugere que a oitiva seja em forma de audiência pública. Mas caberá às autoridades estaduais de segurança pública dar a palavra final, segundo informa a secretaria da CPI.



Efraim: Arcanjo deveria ser ouvido em audiência pública

CPI tomará depoimento do presidente da Febrabingo

A CPI dos Bingos realiza na terça-feira, às 11h, audiência pública destinada a ouvir o presidente da Federação Brasileira dos Bingos (Febrabingo), Carlos Eduardo Canto. Os senadores deverão questioná-lo sobre um tema que consideram um dos principais obstáculos para a legalização desse tipo de jogo no país: a imagem que é atribuída às casas de bingo de serem um centro de lavagem de dinheiro e de terem ligações com o crime organizado.

Na quarta-feira, ou no máximo na quinta, o presidente da CPI, senador Efraim Moraes (PFL-PB), deverá colocar em votação requerimentos considerados polêmicos e que há semanas aguardam deliberação. Entre eles está o que pede a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do presidente do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, acusado de ter pagado contas do presidente Lula e da filha dele, Lurian Cordeiro. Mas Efraim alerta que será necessária a presença da maioria dos membros do colegiado para a votação de tais requerimentos.

A CPI também deverá votar requerimento que convoca para depor o ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso, acusado de ser um dos principais responsáveis pela quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa, o Nildo.



Malta menciona preocupação com preservação de empregos

Magno Malta defende solução para Varig

Uma solução negociada entre governo, empresários e funcionários da Varig para reverter a crise por que passa a empresa foi defendida ontem por Magno Malta (PL-ES). O senador justificou sua preocupação alertando para a necessidade de serem preservados milhares de empregos oferecidos pela empresa.

Magno Malta prestou ainda homenagem ao conglomerado de comunicação social do Espírito Santo TV Gazeta e jornal *A Gazeta*, que comemora 30 anos e fundação.



Para Maciel, Frias encarna as chamadas virtudes republicanas

Maciel elogia o empresário Octávio Frias

Marco Maciel (PFL-PE) congratulou o empresário Octávio Frias de Oliveira por ter recebido o prêmio Personalidade da Comunicação 2006. Frias é *publisher* do Grupo Folha, que edita o jornal *Folha de S. Paulo*.

– O prêmio é o coroamento de uma vida dedicada, como homem público e como grande empreendedor na área da imprensa. Ele é um cidadão forte que encarna as chamadas virtudes republicanas – elogiou o senador, ao lembrar que Frias completará 94 anos de vida em agosto.



Flexa Ribeiro diz que o objetivo da isenção é gerar empregos

Flexa Ribeiro repele críticas a ato de Jatene

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) repeliu, em discurso no Plenário, críticas ao governador do Pará, Simão Jatene (PA), por ter concedido incentivos fiscais destinados a atrair empresas para o estado.

O parlamentar disse que a autora das críticas a Jatene, senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), “não tem conhecimento sobre geração de empregos”, meta que teria movido o governo paraense a conceder a isenção do recolhimento futuro do ICMS.

Gilvam cobra a readmissão de servidor em AP

Ao comentar visita que o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, fará hoje ao Amapá, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) pediu a ratificação dos compromissos que teriam sido assumidos pelo presidente Lula com os servidores públicos do estado.

Além da readmissão imediata de funcionários que teriam sido demitidos injustamente, Gilvam Borges disse que precisa ser solucionada a concessão de gratificação aos professores e o pagamento de dívida da União com servidores municipais.



Gilvam espera que ministro atenda pleito em visita ao Amapá

Proposta que deverá ser apreciada pelo Plenário em regime de urgência acaba com a obrigatoriedade de o trabalhador do lar ser inscrito no FGTS para ter direito ao seguro

Projeto aprovado facilita concessão do seguro-desemprego a doméstico

Os trabalhadores domésticos poderão passar a ter direito ao benefício do seguro-desemprego sem a obrigação de estarem inscritos no regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Parecer da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) favorável a projeto de lei da Câmara com esse objetivo foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O colegiado acolheu também requerimento para que a proposta seja votada pelo Plenário em regime de urgência.

A legislação atual (Lei 5.859/72) prevê a concessão do benefício ao empregado doméstico que tiver trabalhado por um período mínimo de 15 meses nos últimos 24 meses, contado da data da dispensa sem justa causa. O valor pago é de um salário



Patrícia diz que norma em vigor prejudica empregado doméstico

mínimo mensal, por até três meses, de forma contínua ou alternada, desde que o empregado esteja inscrito no FGTS. A autora do projeto, deputada Almerinda Carvalho (PMDB-RS), contesta essa vinculação, uma vez que não é o FGTS que financia o pagamento do seguro-desemprego, mas sim o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Patrícia Saboya argumenta no seu parecer que, com a vinculação do seguro-desemprego ao FGTS, parcela significativa dos empregados domésticos continua à margem desse direito. “Poucos são os empregadores que, além de manterem seus empregados dentro da formalidade, podem arcar com os custos que o recolhimento do FGTS representa”, diz a senadora em seu parecer, que foi lido pelo senador

Pedro Simon (PMDB-RS).

Na discussão da matéria, Simon afirmou que as empregadas domésticas são o último resquício da escravidão no Brasil. Paulo Paim (PT-RS) observou que o projeto faz justiça a essa categoria de profissionais. Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Leonel Pavan (PSDB-SC), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e o presidente da comissão, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), também elogiaram a iniciativa.

Probidade

A CAS aprovou ainda substitutivo de Paulo Paim a projeto do deputado Sandro Mabel (PL-GO) estabelecendo que as partes devem proceder com probidade e boa-fé nas relações de trabalho, visando ao progresso social do empregado e à consecução dos fins da empresa, em um ambiente de cooperação mútua (PLC 11/06).

– Nessa relação de boa-fé se leva também em conta o interesse da parte mais fraca, que é o trabalhador – argumentou Paim.



Presidida por Antônio Carlos Valadares, Comissão de Assuntos Sociais aprovou na reunião de ontem vários projetos de interesse dos trabalhadores

Estímulo fiscal a quem investir em moradia para empregados

Os empresários poderão obter incentivo fiscal ao investirem em habitação para os seus empregados. O benefício está previsto em projeto (PLS 412/05) do então senador Gilberto Goellner aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais, mediante substitutivo de Marcelo Crivella (PRB-RJ). A proposta autoriza o Executivo a instituir programa de incentivos aos empregadores – pessoas físicas ou jurídicas –, para facilitar o acesso de seus funcionários de baixa renda à moradia própria. A matéria

vai ao exame do Plenário.

A CAS também aprovou parecer do senador Wellington Salgado (PMDB-MG) a projeto da Câmara (PLC 132/05) que regulamenta a profissão de supervisor educacional. Na mesma reunião, foi acolhido requerimento de Patrícia Saboya para realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, para instruir projeto de iniciativa de Pedro Simon que institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância (PLS 340/05).

Extinção do fator previdenciário vai a exame do Plenário

Por força de recurso de nove senadores, o projeto que extingue o fator previdenciário será votado em Plenário antes de ser enviado à Câmara. A matéria, de autoria de Paulo Paim (PT-RS), havia recebido decisão terminativa da CAS, e poderá voltar à comissão caso receba emenda no prazo de cinco sessões. O fator previdenciário pode reduzir o valor da aposentadoria em até 30%, no caso dos homens, e 35%, para as mulheres.



Mozarildo anuncia relatório sobre visita a Raposa Serra do Sol

Mozarildo volta a questionar área indígena em RR

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) anunciou ao Plenário que apresentará, na semana que vem, relatório sobre sua visita à reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, onde esteve em missão oficial do Senado entre 10 e 28 de abril. Ele destacou que acompanhou as operações executadas na reserva pela Fundação Nacional do Índio (Funai), pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pela Polícia Federal.

A área, com cerca de 1,7 milhão de hectares, foi homologada no ano passado pelo presidente da República, em meio a intensa polêmica. A forma como se operou a demarcação dessas terras é contestada por Mozarildo, para quem muitos indígenas que moram na reserva são contra essa homologação.

– A demarcação teve por base um laudo antropológico falso – disse o senador, acrescentando que a homologação levará “à expulsão de centenas de não-índios que hoje vivem na reserva”.

Venezuela

Mozarildo informou ainda que acompanhou o governador de Roraima em reunião com autoridades venezuelanas em Caracas, nos dias 2 e 3. Ele afirmou que foram apresentadas propostas de desenvolvimento conjunto para Roraima e o estado venezuelano de Bolívar – que fazem fronteira entre si.

De acordo com o senador, o governo do presidente Hugo Chávez se comprometeu a atender às reivindicações, incluindo a que se refere ao fornecimento de combustíveis a preços especiais.